

# Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



*Materials para  
um Livro Branco  
da Arqueologia  
Portuguesa*



# A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas

*Tânia Manuel Casimiro*<sup>1</sup>

## **Introdução**

O estudo da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas começa em finais do século XVI, sensivelmente a partir de 1580, data dos contextos mais antigos que ofereceram estes materiais, em Carrickfergus terminando já no século XVIII, por volta de 1720, com a identificação a peça mais tardia na cidade de Londres. Foram reconhecidos, em Inglaterra e na Irlanda, setenta e nove arqueossítios contendo louça esmaltada portuguesa, distribuídos por vinte e três cidades (**Fig. 1**), num total de mais de setecentos objectos.

<sup>1</sup> Mestre em Artefact Studies pela University College of London, Doutorada em História, especialidade de Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova e do Algarve (IAP), Avenida de Berna, 26-c. 1069-061 Lisboa / iap@fcsh.unl.pt



**Fig. 1** Mapa das Ilhas Britânicas com a localização das cidades onde foi identificada Faiança Portuguesa.

A identificação das primeiras peças de Faiança Portuguesa no Reino Unido remonta a finais dos anos 70 da passada centúria, por John Hurst e o seu grupo de trabalho, que as localizaram em Plymouth, Exeter, Poole e Wexford, na Irlanda (Hurst, 1986; Allan, 1984). Ainda que a maioria das peças se encontrasse correctamente classificada, continua a existir um desconhecimento generalizado acerca das produções portuguesas na comunidade arqueológica, sendo muitas vezes atribuídas a outros países tais como a Holanda ou Itália.

Ainda que tenham sido identificadas peças ao longo de cerca de 140 anos, o consumo de faiança situa-se sobretudo entre 1630 e 1680, já com uma clara diminuição a partir de 1660. É provável que, com o desenvolvimento dos estudos em torno da Faiança Portuguesa, a cronologia recue até meados do século XVI, visto que muitas das peças classificadas como espanholas possam ser, efectivamente, portuguesas. A produção de faiança em Portugal iniciou-se por volta de 1550, tendo os testemunhos arqueológicos mais recuados sido identificados, até ao momento, no sítio da Mata da Machada, no Barreiro (Torres, s.d.). A sua semelhança com peças produzidas no sul da Península Ibérica levou a que muitas produções lusas fossem erradamente classi-

ficadas, não apenas em Portugal, mas também em território estrangeiro, sobretudo em contextos dos finais de quinhentos.

A maior parte dos barcos que circulava entre os portos ingleses e portugueses levava os seus porões cheios para Inglaterra e Irlanda de produtos como o vinho, azeite, açúcar, ou frutas (laranjas, limões, figos, amêndoas, nozes, etc.). Complementando este comércio, eram exportados, menos frequentemente, outros bens, tais como marfim, contas e alguma cerâmica (Wolf, 1975).

### **Evidências arqueológicas e documentais**

A maioria dos locais onde Faiança Portuguesa foi recuperada tratam-se de contextos domésticos. Nem sempre é possível reconhecer o compartimento que as ofereceu, mas em dois casos, nomeadamente Tabacco Dock e Narrow Street Londres os fragmentos foram encontrados directamente sobre pavimentos de cozinhas. Contudo, a maioria das peças foi recuperada no interior de fossas sépticas, normalmente abertas nos pátios traseiros das casas e destinadas a conter os lixos domésticos. Cremos que as peças eram ali depositadas quando quebradas e já sem funcionalidade. Surgem ainda alguns contextos onde a faiança foi recuperada em lixeiras de maiores dimensões como foi o caso de West Tenter Street, em Londres, ou Castle Street, em Plymouth.

A maioria das habitações que ofereceram materiais portugueses localizava-se em zonas onde a grande parte dos seus habitantes desenvolviam actividades ligadas ao mar, tais como a construção de navios e equipamentos náuticos, mas sobretudo mercadores envolvidos no comércio internacional, ligando a Inglaterra ao sul da Europa e colónias americanas. Esta realidade social verificou-se em Londres, Plymouth, Poole e Totnes. Nos restantes locais ainda que não tenha sido possível identificar a actividade do detentor da casa podemos afirmar que era possuidor de uma rica colecção de cerâmicas onde, quase sempre, a par das faianças portuguesas, foram recuperadas majólicas italianas, cerâmica holandesa, espanhola e porcelana chinesa.

A escavação de diversas casas em Narrow Street deve ser particularmente mencionada não apenas

pelo volume de Faiança Portuguesa recuperada, mas sobretudo devido à identificação de alguns dos proprietários das casas escavadas, que se sabe terem dedicado parte da sua vida a actividades marítimas menos lícitas, tais como o corso e pirataria. As seis dezenas de peças portuguesas esmaltadas ali recuperadas, bem como outras tantas em cerâmica comum, podem efectivamente ter sido adquiridas fora dos circuitos comerciais através de pilhagens (Killock e Meddens, 2005).

Quase todos os locais concederam peças de excelente qualidade, destacando-se as boas propriedades das pastas e vidrados. Na verdade estas cerâmicas oferecem muito melhores características que as que geralmente se encontram em Portugal pelo que cremos estar na presença do que se designa por cerâmica de *carregaçam* ou exportação, ou seja, peças destinadas ao comércio global. Estes objectos, entrando nos circuitos comerciais europeus, tinham de competir com a excelente qualidade física e estética das produções italianas, espanholas e holandesas. São peças raras nos contextos nacionais, sendo frequentes nos museus e colecções privadas, e por vezes recuperadas em contextos palatinos ou religiosos, onde se encontrava o maior poder de compra.

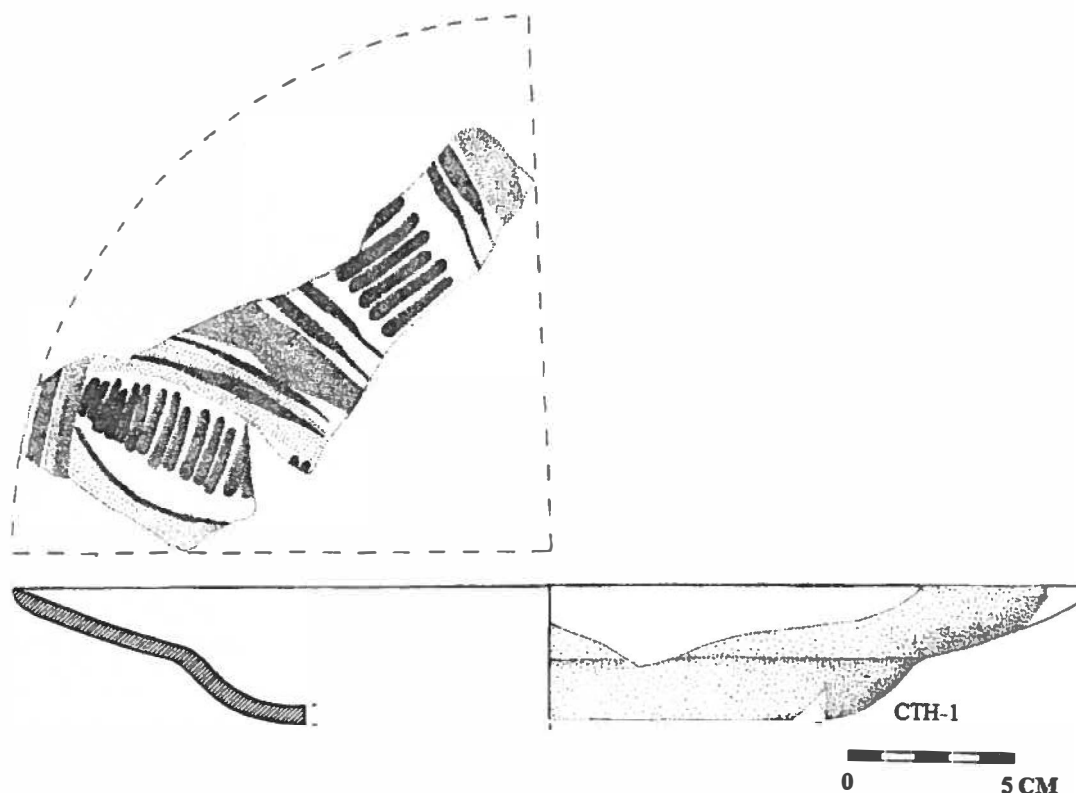
Mas nem só as casas apresentaram vestígios de Faiança Portuguesa. Ainda que em menor quantidade, surgem contextos, que designámos por comerciais, visto estarem ligados a actividades económicas, que ofereceram igualmente vestígios. Em Londres, Bristol e Plymouth foram identificadas zonas de cais, construídos em madeira, no século XVII, nos quais foram recuperados diversos exemplos de louça importada, entre a qual cerâmica portuguesa, comum e esmaltada. Na capital inglesa, a zona de Deptford ofereceu três destes locais, que se sabe terem sido utilizados por barcos da Companhia das Índias Orientais (Divers, 2004). É possível que estas peças tenham sido ali depositadas aquando da sua descarga e perante a constatação que se encontravam partidas. A solução mais lógica foi descartá-las borda fora, junto ao porto. No entanto, não podemos afastar a hipótese de aquela faiança ter feito parte do serviço utilizado a bordo de navios portugueses que ali aportassem, sem qualquer intenção

de entrar nos circuitos comerciais. O transporte de louça, de acordo com a documentação, era efectuado maioritariamente em caixas, caixões, carros e cestos. Desconhecemos a quantidade que cada uma daquelas embalagens transportava, mas nas fontes documentais o transporte de louça é quase exclusivamente mencionado em dúzias.

Com propósitos claramente comerciais são, certamente, as peças recuperadas em grandes edifícios, identificados como armazéns que guardariam os bens que aportavam nos cais das cidades. Tais edificações foram escavadas em Londres, Faversham e Southampton. Neste último caso a presença de diferentes tipos de cerâmica em compartimentos distintos levou mesmo a acreditar que podiam ser guardados aqueles bens em locais diferentes, de acordo com a sua proveniência (Gutierrez, 2007).

Um dos mais curiosos achados de Faiança Portuguesa em contextos comerciais trata-se de realidade encontrada em Exeter, na Costums House, ou seja, no edifício da Alfândega. Aquando das obras de remodelação, em 2006, destinado a ser usado pela Exeter Archaeology, foi escavado apenas um metro quadrado onde seria colocado o elevador. Foram identificados apenas dois fragmentos de cerâmica, um de North Devon Sgraffito e o outro, enorme prato em faiança com decoração vegetalista (**Fig. 2**). Atendendo a que o edifício não servia de habitação a nenhum dos seus funcionários, utilizado apenas para o registo e armazenamento de mercadorias, é seguro afirmar que a louça portuguesa entrava naquela cidade com o intuito de ser comercializada, ainda que desconheçamos em que quantidades. Note-se que Exeter é das poucas cidades inglesas, exceptuando Londres e Bristol, onde registos portuários mencionam a entrada de louça portuguesa, em 1646 e 1655.

Para além dos contextos domésticos e comerciais, Faiança Portuguesa foi igualmente recuperada em contextos industriais, ou seja, nos locais onde era produzida louça esmaltada. Apenas Londres ofereceu sítios com esta natureza. Em Queensborough House e Platform Wharf foram identificados edifícios, fornos e lixeiras, interpretados como lugares onde era produzida louça esmaltada, conhecida como *London delftware*. O primeiro lo-



**Fig. 2** Prato com decoração vegetalista recuperado na Costums House (Exeter).

cal cedeu pequena taça, com decoração vegetalista, de inspiração oriental, enquanto no segundo foram recolhidos dois pratos portugueses, de grandes dimensões e excelente qualidade. Um daqueles apresentava decoração de inspiração oriental, com a aba decorada com aranhões e crisântemos, arrumados em cartelas, e o interior do fundo com paisagem onde se destaca ave, imagem característica da Faiança Portuguesa. O segundo prato, ainda de maiores dimensões, apresentava a decoração das rendas na aba e ao centro, inserido numa cartela, um coração alado, trespassado por setas.

A presença destas peças em ambientes de produção pode ter diversas interpretações. Sabe-se que muitos oleiros, não apenas em Portugal, mas em diversos centros produtores europeus, adquiriam vasilhas em outras olarias que serviam como modelos às suas construções. Desta forma, conseguiriam competir com o que os seus colegas produziam, aumentando a rentabilidade do negócio.

Esta ideia não é de todo despropositada quando pensamos na produção londrina de louça esmaltada. A fábrica localizada em Platform Wharf laborou entre 1638 e 1663 o que corresponde à datação da peça portuguesa ali exumada, momento no qual, a indústria de louça londrina procurava reproduzir os padrões orientais da porcelana chinesa e da faiança europeia, sobretudo portuguesa (Stephenson, 1999). Por outro lado, não podemos ignorar que as unidades produtivas europeias, em qualquer país, surgiam sempre acompanhadas por “tendas”, destinadas à venda de louça. Até que ponto podiam algumas destas casas vender, a par das suas produções, outras importações cerâmicas europeias, complementado o seu negócio? No mesmo arqueossítio foram recuperadas garrafas em grés produzidas na Alemanha, majólicas italianas e louça esmaltada holandesa e espanhola, suportando esta teoria (Stephenson, 1999).

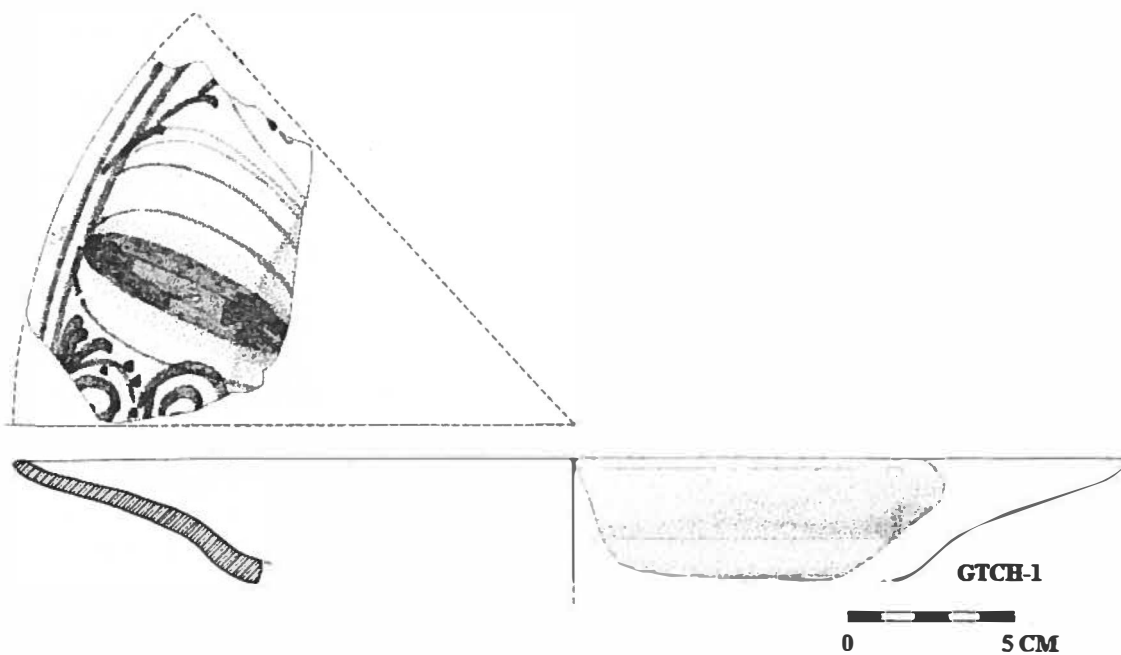


Fig. 3 Prato recuperado em Great Torrington.

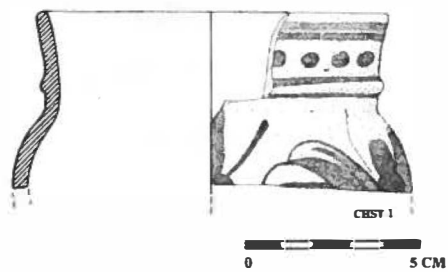


Fig. 4 Pote recuperado em Credinton.

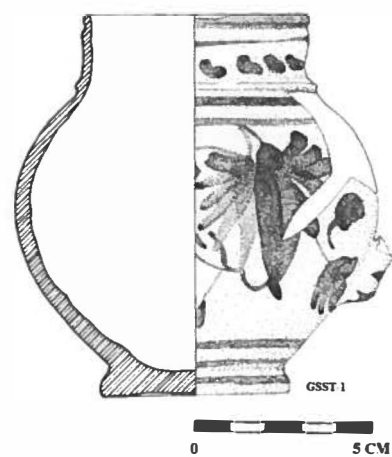


Fig. 5 Pote recuperado em Goldsmith Street (Exeter).

Na maioria dos casos, a Faiança Portuguesa foi recuperada em cidades portuárias onde o comércio internacional ocupava lugar de relevo na economia. Só em dois locais foram as peças recuperadas no interior, em Great Torrington (**Fig. 3**) e em Crediton (**Fig. 4**), cidades do interior de Devon, cuja actividade comercial estava ligada à produção de lã, que enviam maioritariamente para Exeter e Bideford, duas localidades costeiras onde também foram recuperadas peças portuguesas (Casimiro 2010). Por outro lado, a cultura doméstica do interior do país seria diferente das exigências das cidades portuárias, cujas actividades se encontravam ligadas, sobretudo, à exploração naval e ao comércio internacional. A presença destas peças no interior do território está certamente ligada às relações com as cidades maiores nas suas proximidades. Note-se como a peça recuperada em Crediton apresenta características muito semelhantes a pote exumado nas escavações de Goldsmith Street, em Exeter (**Fig. 5**), claramente produzidas na mesma oficina e quiçá, importada no mesmo barco. O que faz ainda a peça com as características do prato recuperado em Great Torrington, numa das localidades mais pequenas de Devon, na qual é difícil identificar alguma casa ou família com poder de compra suficiente para a adquirir? Será possível que ali tenha entrado através de um processo oblativo, oferecida por um mercador inglês ou português? As relações políticas e económicas entre Portugal e Inglaterra de certeza que permitiram a criação de laços de amizade entre diversos indivíduos.

Devon é claramente a zona das Ilhas Britânicas onde mais localidades ofereceram Faiança Portuguesa. Esta quantidade de achados pode estar relacionada com as relações comerciais que aquela zona do país tinha com Portugal. Sabemos que muita da sua lã era exportada para a Península Ibérica e eram os seus mercadores os principais responsáveis pela comercialização de bacalhau, desde a Terra Nova, para Portugal (Allan, 1984). O consumo de cerâmicas exógenas por estas comunidades mais pequenas pode estar relacionado com a tentativa de reprodução social das suas congéneres na capital reproduzindo o seu *modus vivendi*. A necessidade de ostentação e manutenção do seu *status*

social propiciou a que se consumissem grandes quantidades de bens exóticos, sobretudo cerâmicas e vidros, mas também tecidos, especiarias e frutas, muitos destes oriundos de Portugal.

Exeter devia ter relações permanentes com o nosso país, atendendo à quantidade de locais onde faiança foi recuperada e sobretudo devido à qualidade dos recipientes. As peças são efectivamente da melhor qualidade que temos vindo a identificar nas Ilhas Britânicas, chamando atenção para pequena taça e grande prato recuperados em Trichay Street (**Fig. 6**) e North Street (**Fig. 7**), juntamente com uma riquíssima colecção de artefactos oriundos de duas fossas sépticas que os arqueólogos acreditam pertencer a casas de mercadores ricos, que se sabe terem habitado naquelas zonas da cidade.

É possível que pelo menos em Plymouth possamos estar perante os resultados materiais de uma comunidade de portugueses que ali se tenham fixado. Conhecemos os relatos de alguns judeus portugueses que ali passaram e, nas proximidades de Castle Street, local que se julga ter sido utilizado como a lixeira da cidade, onde foram recuperadas centenas de fragmentos de faiança e cerâmica comum de produção portuguesa, existe artéria urbana denominada Madeira Road que certamente adquiriu o seu nome devido ao intenso comércio com a ilha portuguesa ou, devido à fixação de madeirenses naquela rua. Por outro lado a própria qualidade dos objectos é uma pista na identificação dos seus utilizadores. Em mais nenhum local das Ilhas Britânicas foram identificados objectos com qualidade tão inferior, de produção lisboeta e coimbrã e que, em Portugal, classificar-se-iam como objectos de uso quotidiano, que não cremos terem sido utilizados por mercadores ingleses. Corroborando esta afirmação surgiram centenas de fragmentos em cerâmica comum, fabricados em Portugal que no nosso país seriam utilizados nas actividades diárias de todas as casas. O achado de um único exemplar de pia de água benta pode de facto revelar que estamos perante as evidências materiais de uma comunidade estrangeira. Plymouth foi, durante o século XVII, uma cidade maioritariamente protestante e apoiante fervorosa do Parlamento durante a Guerra Civil. A fé católica era mesmo mal vista aos



Fig. 6 Taça recuperada em Trichay Street (Exeter).

seus habitantes ingleses, no entanto, bem tolerada entre os residentes oriundos de outras nações, nomeadamente portugueses, espanhóis e franceses. Na verdade, ainda que a Inglaterra sempre tenha sofrido tensões religiosas graves, recebeu sempre imigrantes e fugitivos religiosos de outras nações. Neste contexto, não nos custa a acreditar que aquela peça fosse utilizada por alguma família católica proveniente do continente Europeu, quiçá portuguesa. Por outro lado, a documentação portuária portuguesa refere a presença de diversos barcos oriundos de Plymouth que, anualmente, chegavam aos portos nacionais carregando diversos produtos, entre os quais faiança, que exportavam para outras terras, tais como as colónias inglesas da América do Norte. Ainda que não haja uma confirmação documental para cerâmica levada directamente para Plymouth, sabemos que ela era do conhecimento dos mercadores locais.

Fig. 7 Prato exumado em North Street (Exeter).

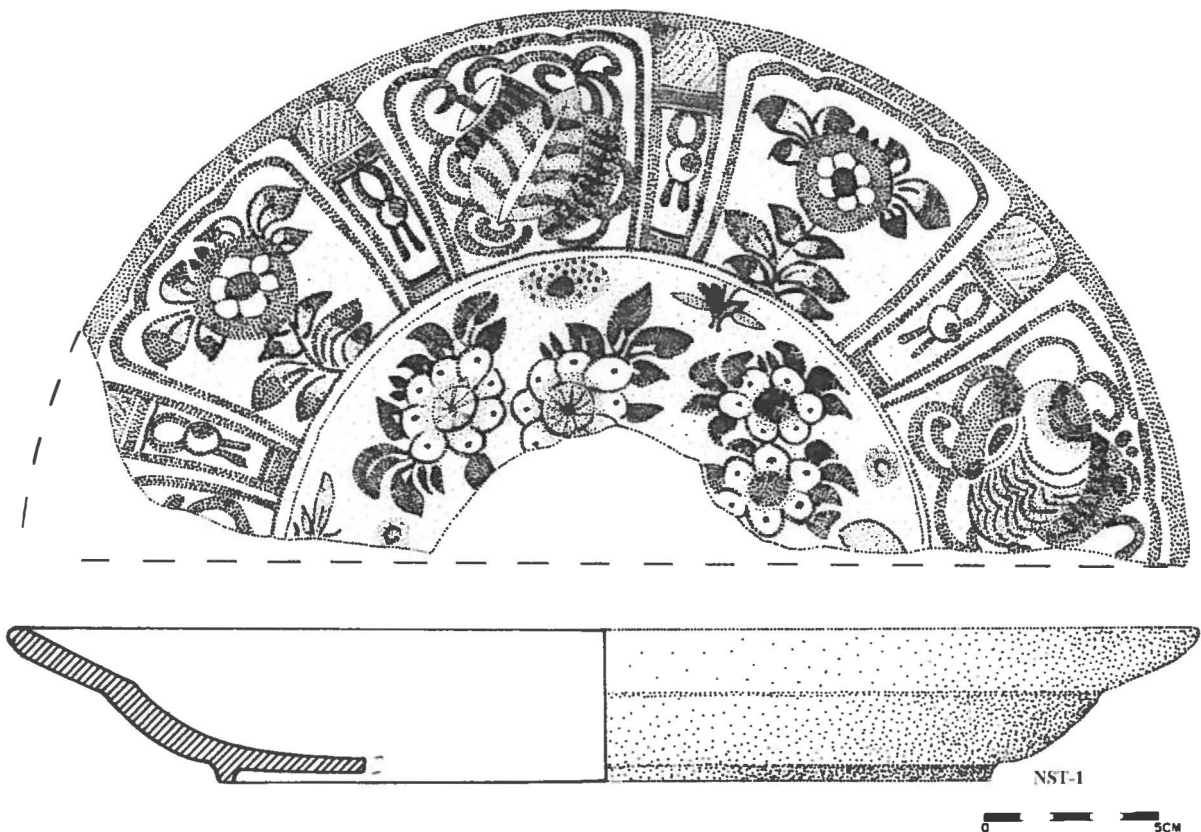




Fig. 8 Prato com decoração de influência oriental recuperado em Lambeth Street (Londres).

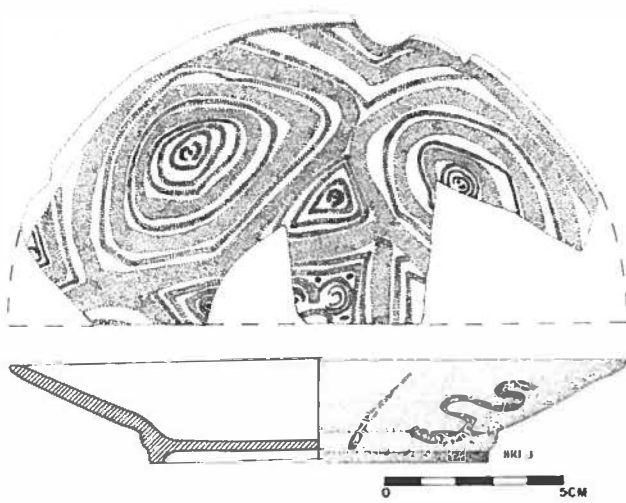
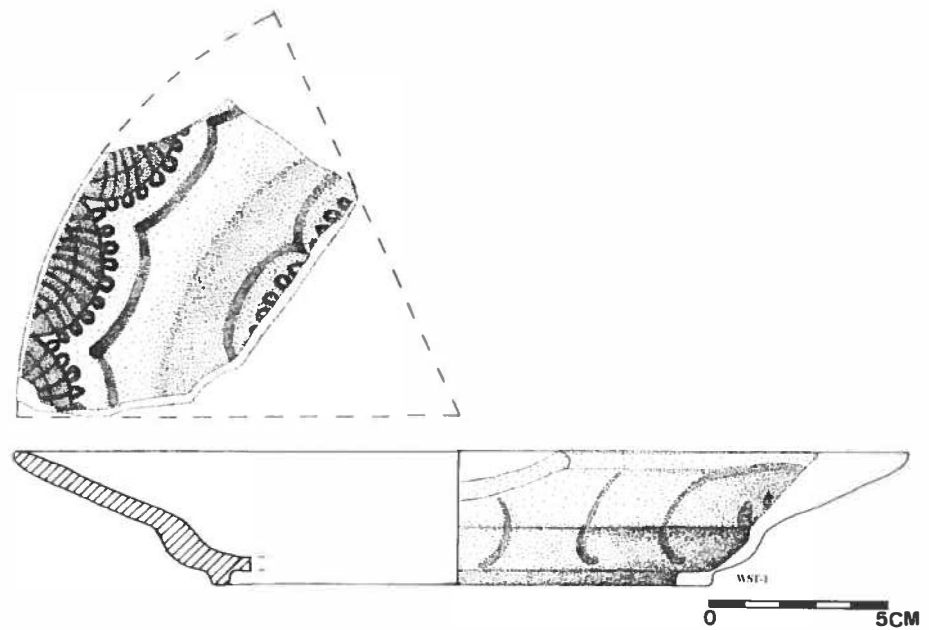
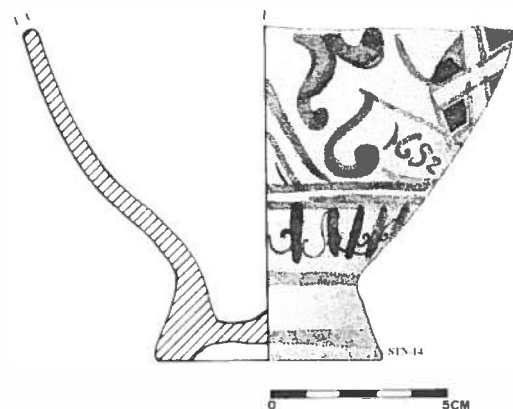


Fig. 9 Prato decorado com pequenas espirais recuperado em Barrack Lane (Galway).



**Fig. 10** Prato com rendas recuperado em Wolster Street (Plymouth).



**Fig. 11** Garrafa com brasão e a data de 1652 recuperada em St Nicholas Almshouses (Bristol).

Atendendo a que a maior parte dos objectos recuperados seria utilizado no adorno do lar, no interior de armários ou sobre prateleiras e mesas, a decoração seria dos aspectos mais importantes. Os objectos recuperados mostram sobretudo ornamentação de influência oriental com destaque para diversos tipos de aranhões, crisântemos, peónias, paisagens e mesmo um dragão, símbolo do imperador na China (Fig.8). Contudo, foram registadas igualmente decorações de origem europeia como diversos pratos com espirais (Fig.9), rendas (Fig.10) e diversos exemplares de

decoração armoriada. Dois dos brasões ofereceram decoração do leão rompante, muito comum na louça recuperada em Portugal, no entanto, um deles, recuperado em Bristol, adornando garrafa, apresenta escudo ao estilo inglês, que pode ser conotado com algumas famílias, associado à data de 1652 (Fig.11). Aquela garrafa pode efectivamente ter resultado de uma encomenda específica que celebrava um ano especial na vida de determinada família, que utilizasse aquele brasão, ou pode ter sido produzida simplesmente para enviar para Inglaterra, onde diversos grupos nobiliárquicos a

podiam adquirir, atendendo que possuíam aqueles objectos brasão muito semelhante ao seu. A insígnia era claramente símbolo de distinção social e não cremos que, pelo menos no presente caso, fosse uma peça destinada a uma qualquer camada social, mas sim restrita às que tinham capacidade económica para a adquirir.

Três exemplares ofereceram legendas, uma taça recuperada em Londres com a palavra "SOL" e dois fundos de prato com fragmentos de palavras. Em Plymouth surge apenas as letras "VO" e em Galway "ANDA". Estas legendas são normalmente atribuídas ao nome dos seus detentores. O exemplar recolhido em Galway revela-se assaz interessante atendendo que aquele poderia ter pertencido a prato contendo a palavra "Irlanda" visto ser já esse nome atribuído àquela ilha na documentação portuguesa do século XVII. Seria interessante verificar que a louça portuguesa podia conter o nome do seu destino e não necessariamente da família que a adquiria.

A maioria dos objectos recuperados trata-se de pratos e taças. Na verdade estas formas foram das mais produzidas nas oficinas portuguesas e mesmo nos sítios arqueológicos portugueses predominam as formas abertas, em muito inspiradas nas formas orientais da porcelana. Contudo, foram recuperadas outras formas tais como escudelas, jarros e garrafas, uma pia de água benta, uma bacia de barbeiro, algumas tampas e duas marcas de jogo.

O estudo de cronologias modernas implica que, sempre que possível, as informações retiradas do registo arqueológico devem ser confirmadas com dados obtidos através da leitura de documentação. Desta forma, recorreremos a fontes alfandegárias de modo a certificar a comercialização de cerâmica com as Ilhas Britânicas. Em Portugal foram consultados diversos arquivos em Lisboa, Figueira da Foz, o porto de mar de Coimbra, e Porto. Ainda que interessantes informações tenham sido recolhidas em todos os arquivos, relativas à exportação de louça, apenas no Porto foi claramente identificada a exportação deste bem para as Ilhas Britânicas. Nos *Livros da Portagem do Cabido da Sé do Porto* identificaram-se, no século XVII, cinco navios que saíram daquela cidade carregados de louça para as cidades de Londres, Cornualha, Bristol e Topsham,

porto de mar de Exeter que, na Idade Média, ficou sem acesso a barcos de grande calado. A 14 de Julho de 1670, registou-se o *despacho do pataxo per nome gisaidei/sva de que he mestre João Vitão vizinho/ de ghenac que vaj pera a cornoalha com a carga seguinte/ Nicolau Trancalhão vinte e quatro/ pipas e meã de azeite e oitenta duzias de louca de vila nova e des arrobas/ de presuntos e hũu carro de louca ver/melha d avejro/ jurou o mestre nam levar mais nada/ e assinou/John Vithbar*"(ADP/CABIDO/Lv.155/1670/fl. 25v).

Esta referência mostra-nos que a documentação especificava claramente o tipo de louça que saía em direcção aos portos estrangeiros e que não eram somente vasilhas em faiança, produção de Vila Nova, mas também louça vermelha. Confirmando esta afirmação surge, em 8 de Dezembro de 1685, a exportação para Inglaterra de uma canastra de louça do norte (ADP/CABIDO/Lv.172/1685/fl.52) cuja origem desconhecemos. Em 1687 sai do Porto para Topsham, um navio que, entre diversa carga, revela um caixão com louça de Estremoz (ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl.19v). No mesmo ano, a 23 de Junho, sai para Londres um navio igualmente com um caixão de louça de Estremoz (ADP/CABIDO/Lv.174/1687/fl.34).

Os navios e mercadores envolvidos no trato de cerâmica para Inglaterra são todos ingleses, habitantes das cidades para onde se dirigem. Quanto aos despachantes, ou seja, os responsáveis por arranjar a mercadoria na cidade do Porto e arredores, de modo a que esteja pronta a enviar a bordo das embarcações, quando aquelas chegassem à cidade, percebemos que são ingleses a residirem na cidade portuguesa. Os nomes de Thomas Mally, Corin Benlarast, Nataniel Roland e Jon Lel mostram bem a sua origem britânica. Aqueles homens deviam ter-se instalado no Porto para ali recolherem mercadoria que enviavam para as Ilhas Britânicas, pois eles estão envolvidos na maior parte dos despachos para aquele destino, não apenas de louça, mas todo o tipo de mercadorias.

No entanto, as informações mais interessantes foram descobertas nos *Port Books* ingleses. Os registos alfandegários de Londres, Exeter e Bristol ofereceram evidências da importação de louça

portuguesa, sobretudo de Lisboa, mas igualmente de Coimbra, através da Figueira da Foz, e de Vila Nova, através do Porto. A referência documental mais antiga remonta a 1637, curiosamente ainda antes da separação das coroas ibéricas, que impedia o comércio de Inglaterra com Espanha. É comumente aceite pelos investigadores que os livros de registo dos portos ingleses reflectiam as tensões políticas na Europa, pelo que é muito raro encontrar registos de embarcações oriundas de Espanha aquando dos conflitos entre as duas coroas ou de Portugal em períodos de guerra com a Espanha (William, 1955). Trata-se de 200 pratos importados do Porto, cuja entrada na documentação portuária não refere nenhum imposto (E190/40/6). Desconhecemos a natureza desta produção atendendo que a designação de *plates* é bastante generalista, mas cremos que se tratavam de pratos em faiança, produzidos em Vila Nova, visto aquela forma ser das que mais frequentemente se encontraram em Londres.

A Faiança Portuguesa era reconhecida no mercado inglês, sobretudo pelos mercadores, o que se confirma pelas expressões utilizadas para designar as importações portuguesas, presentes na documentação. O termo mais comum é claramente "*earthenware*" (E190/ 56/1/fl.44), "*earthen dishes*" (E 190/52/5) ou "*earthen pots*" (E190/69/1/fl.229), que seria a forma generalista de designar a cerâmica revestida a esmalte estanífero e que aparece na documentação a partir de finais do século XVI, frequente na sociedade inglesa para denominar os produtos produzidos nas fábricas londrinas a partir de finais de setecentos (Tyler, Betts, Stephenson, 2008). No entanto, outras referências mais interessantes surgem na documentação, nomeadamente a designação de "*white plates*" que, em 1666, entram na capital inglesa oriundos do Porto (E 190/51/8, fl. 44), "*dishes*" a 27 de Agosto de 1681 (E190/102/1) um cesto de "*½ single plates*" (E190/75/1/fl.135), o que nos sugere referir-se ao tamanho das peças, que seriam de menores dimensões, ou simplesmente "*white ware*" que, em 1671, chega a Londres oriundo de Lisboa. Claramente identificando a produção portuguesa surgem as importações de "*portugall white ware*", (E190/85/1/fl.184), em 1677,

e dois cestos de "*Portuguese Earthenware*", em 30 de Janeiro de 1675, ambos de Lisboa (E190/64/1/fl.55). Uma das referências mais interessante surge a 5 de Abril de 1683 quando, do Porto, surge um navio que descarrega "*76 harmed plates*" o que nos sugere que se tratava de louça com decoração armoriada (E 190/114/7, fl. 24). Aquela foi identificada nas escavações de Londres, Bristol e Londerry.

A documentação londrina fala-nos ainda da entrada de azulejos naquelas ilhas, pelo que diversas deviam ser as casas que revestiram algumas das suas paredes com painéis portugueses. A primeira referência surge a 27 de Janeiro de 1666 com a entrada de "*xxx<sup>c</sup> pantiles*", oriundos de Lisboa (E 190/51/8). A 31 de Janeiro de 1677, entram na cidade, vindos do Porto "*one box fifty five pantiles*" (E190/78/1). A 28 de Janeiro de 1687, da Figueira da Foz, são descarregados "*ix pantiles*" (E190/90/1). Uma entrada curiosa ocorreu a 29 de Janeiro de 1684, quando são registados "*x chests foot gally tyles*" (E190/131/1), o que pode indicar a exportação de azulejos ou ladrilhos utilizados para cobrir pavimentos, ainda que esta afirmação não possa ser confirmada arqueologicamente. O número concreto de azulejos em cada carga sugere que se tratavam de painéis, destinados a cobrir paredes.

Arqueologicamente apenas um local ofereceu vestígios azulejos: Aberglasney, em Carmarthen no País de Gales foi a residência da família do bispo Rudd, gente influente na corte inglesa (Fig. 12). A descoberta de fragmento em camada de revolvimentos no jardim não nos permite inferir acerca do local da sua utilização que pode ter revestido paredes da casa, da capela ou mesmo algum banco de jardim. Trata-se de elemento de barra ou cerca-dura de padrão, oferecendo decoração fitomórfica, muito comum em Portugal, entre 1630 e 1650, correspondendo à classificação B62 de Santos Simões (Simões, 1997, 186), cuja decoração central desconhecemos, mas que paralelos portugueses indicam tratar-se de padrão geométrico, tipo "tapete". Eram a produção mais comum das nossas olarias até pelo menos 1670, quando as paisagens começam a sobrepor-se aos padrões e a policromia perde-se em benefício do azul e branco.

A descoberta e estudo de Faiança Portuguesa na

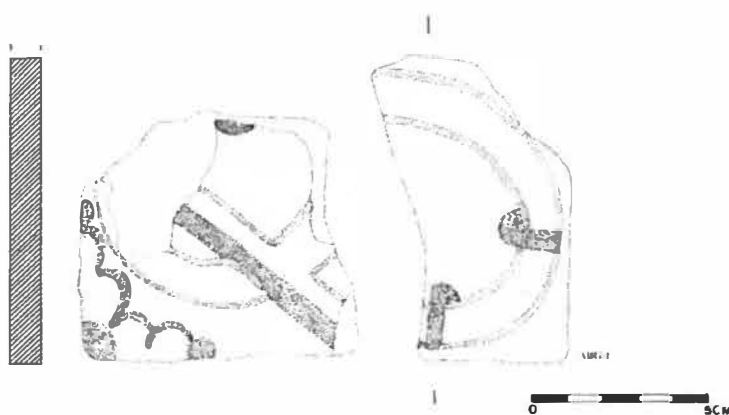


Fig. 12 Fragmento de azulejo recuperado em Carmarthen (País de Gales).

Europa encontra-se intimamente ligada à presença de famílias judaicas. Em Amsterdão e Hamburgo a maioria das peças foi efectivamente adquirida por judeus (Baart, 1987). No que concerne as Ilhas Britânicas, até ao momento, apenas um contexto arqueológico permitiu esta associação. Em Mitre Street, Londres, foi identificado fragmento de prato português no mesmo contexto que prato em London Delftware que continha a palavra “leite” em hebraico (Pearce e Schofield, 1998). No entanto, os judeus de ascendência portuguesa encontravam-se claramente envolvidos no comércio de louça. A documentação portuguesa e inglesa revela o nome de muitos mestres responsáveis pela comercialização de louça, sendo alguns deles Antonio Goodin (E190/40/6), Michael Levy (E190/51/8), Isac Alvares (E190/52/5), ou Samuel Miro (E 190/56/1), cujos nomes nos indicam uma ascendência não só portuguesa, como claramente judaica.

### Conclusões

O estudo da Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas permite-nos inferir que ainda que Lisboa fosse a cidade que mais exportava em direcção àquelas latitudes, foram recuperados objectos produzidos nos três centros oleiros. Estas conclusões foram retiradas com base na observação de peças encontradas em contextos de produção em Lisboa, Coimbra e Vila Nova, distinguindo pastas, esmaltes e decoração e através da sua comparação com os achados ingleses e irlandeses. Todas as cidades ofereceram

peças produzidas em Lisboa. Recipientes claramente produzidos em Vila Nova foram apenas recuperados em Londres e foram identificadas produções coimbrãs em Poole e Plymouth.

O século XVII marca um momento na sociedade inglesa, bem com no resto da Europa, onde se começa a desenvolver um gosto pelo excêntrico e exótico. Não obstante a cerâmica seja a evidência mais abundantes nos contextos arqueológicos de cariz doméstico, a sua presença era complementada por peças de mobiliário, têxteis, marfins, essências e alimentos que despertavam o olfacto e paladar. A produção cerâmica exógena mais comum, recuperada nos contextos arqueológicos das Ilhas Britânicas, é a porcelana chinesa. Devido à sua delicadeza e beleza, era frequentemente requisitada e presença constante nos lares ingleses. As restantes produções europeias funcionavam como um complemento às produções orientais, colmatando a demanda pelo exotismo, satisfazendo o gosto pela *chinoiserie*. Ao contrário do que muitos autores defenderam não cremos que a Faiança Portuguesa tenha tido como objectivo a substituição da porcelana da China (Calado, 1992). Seria impossível comparar as duas produções. No entanto, os oleiros portugueses perceberam que, ainda que a porcelana abundasse na Europa, ela não era suficiente para colmatar todas as necessidades culturais, sobretudo das classes menos abastadas e criaram um complemento à decoração dos ambientes domésticos. Assim se justifica o predomínio da decoração

de influência oriental.

Os arqueossítios que oferecem Faiança Portuguesa expõem igualmente cerâmica italiana, francesa, alemã, espanhola e holandesa, excelentes indicadores cronológicos que nos têm permitido não apenas ajustar períodos de produção, mas igualmente compreender a importância económica do contexto. Acreditamos que a cerâmica portuguesa, devido à sua qualidade e apuro decorativo, características que, pelo menos até ao grande desenvolvimento das produções inglesas e holandesas na segunda metade do século XVII, a tornavam mais onerosa e requisitada como produto de alta qualidade, era essencialmente adquirida por pessoas com boa capacidade económica, facto confirmado pela natureza dos locais onde foi recuperada, na sua maioria casas de mercadores ou de famílias nobres. Em Dartington Hall foi recuperado fragmento de prato, decorado com pequenas espirais, que chegou àquele arqueossítio quando o mesmo era habitado pela família Champernowne, que adquiriu a casa no século XVI. O mesmo se passou no Berry Pomeroy Castle, pertença da família Seymour, parentes da terceira mulher de Henrique VIII, Jane Seymour, que a possuíram até 1688.

Quando entra nos contextos ingleses a Faiança Portuguesa adquire um papel social que cremos estar relacionado com a reprodução de símbolos de poder e capacidade económica. Estas peças, atendendo à sua qualidade e decoração e ao contexto onde são exumadas, nos quais identificamos o que de melhor se produzia na Europa e no Oriente, mostram como eram importantes na manutenção e sobretudo divulgação do *status* social dos seus detentores. O seu consumo não era quotidiano, nem utilitário e marcas de uso aparecem exclusivamente em Narrow Street e Castle Street, pelo que seriam peças de ostentação. Mesmo na Irlanda, as evidências de faiança foram, na sua maioria recuperadas em casas habitadas por ingleses. Esta ausência de contextos tradicionalmente irlandeses pode estar relacionada com a tentativa de reprodução dos padrões sociais e culturais que a sociedade inglesa ostentava. Mesmo afastados dos centros políticos e culturais, os ingleses a residirem naquela ilha, tentavam manter o mesmo estilo de vida. Associados

a diversos produtos cerâmicos de outras nações europeias e orientais, mobiliário, têxteis, tapetes e marfins, muitos deles adquiridos em Lisboa, criavam um ambiente exótico, ambicionado pela alta sociedade inglesa.

Convém dizer que a Faiança Portuguesa aparece, quase sempre, nos mesmos contextos que cerâmica comum portuguesa, que acreditamos maioritariamente utilizada como recipiente. Segundo a documentação, a faiança não era importada enquanto contentor, mas sim enquanto objectos para uso singular, individualizada na carga. Diversos produtos eram importados em recipientes de cerâmica comum como vemos numa entrada do porto de Londres em 12 de Fevereiro de 1682 em que, de Lisboa, são importados "*ij chests iiij pots of marmelade cx succads, vij cheeses iiij gallons Orange flower water j busholer, vi wax candles, vc chocolat xiiij dozen little cups and vj cups with paint*" (E190/114/8).

É difícil inferir qual a importância que a Faiança Portuguesa tinha nas casas inglesas e irlandesas, no entanto, as fontes iconográficas da altura demonstram que uma das funções da louça esmaltada, sobretudo quando decorada, era essencialmente estética. Por outro lado, a louça branca seria utilizada no serviço diário da casa. Isto pode efectivamente mostrar-nos que existiam duas categorias de louça esmaltada. A de menor qualidade, destinada ao uso quotidiano e certamente produzida em Inglaterra e outra, decorada e de melhor qualidade, que se pode inserir perfeitamente na cerâmica importada. Admitimos que esta mesma relação de valor existia no consumo de faiança em Portugal onde peças importadas e de melhor qualidade seriam vistas como objectos de luxo e com qualidades decorativas e outra, de uso quotidiano, que era utilizada na cozinha e à mesa.

O comércio de cerâmica azul e branca portuguesa em direcção ao Reino Unido abrandou em finais do século XVII, e poucos são os artefactos que se podem inserir nesta cronologia tardia. Existem várias razões para esse enfraquecimento comercial. Contudo, cremos que a conjugação de diversos factores externos, associados à falta de competitividade das oficinas portuguesas, bem como a uma alteração nos requisitos internacionais, que já não

procuravam as produções inspiradas na porcelana chinesa do século XVI, estiveram na base do fim da Faiança Portuguesa como um produto transcontinental.

Uma das razões que pode estar na base do fim das exportações para as Ilhas Britânicas foram os *Navigation Acts*, promulgados entre 1651 e 1673, que tentaram promover a indústria inglesa, reduzindo as importações e aumentando as exportações. Aqueles, no que concerne a cerâmica, restringiram a entrada de produções exógenas. No entanto, como refere C. Willcoxon, os *Navigation Acts* foram “*loosely administrated or wholly evaded*” (Willcoxon, 1999) e muita cerâmica continuou a entrar no país, sendo comum a sua presença nos registos portuários.

Por outro lado, a partir de meados do século XVII, tanto a indústria inglesa como holandesa vão conhecer um enorme desenvolvimento produtivo. O objectivo cumprido pela Faiança Portuguesa, de complementar a demanda por produtos cerâmicos exóticos, era agora preenchido plenamente pelas produções londrinas e de Delft, certamente a preços mais acessíveis. A diminuição das importações chinesas, entre 1650 e 1680, devido a problemas políticos internos naquele país, fez com que as olarias norte europeias apostassem em imitações fidedignas dos produtos orientais. Todavia, a maior quebra no consumo de Faiança Portuguesa na Europa deve ter ocorrido devido a uma mudança nos padrões de gosto europeus. Com a recuperação do comércio de louça com a China, em finais do século XVII, a tradicional porcelana azul e branca vai começar a ser substituída pela louça policroma. Não conseguiram as olarias portuguesas corresponder a esta nova demanda europeia, continuando a produzir louça azul, violeta e branca, menos requisitada. Como mercados permaneceram as colónias portuguesas e o mercado interno.

Ainda que o mercado inglês e irlandês seja importante, sobretudo como vimos através da produção de louça propositadamente fabricada para ser exportada para aquele país, não seria fundamental na sustentabilidade das oficinas portuguesas. Acreditamos que foi um mercado regular ao longo do século XVII, mesmo que em quantidades modera-

das. É possível que algumas delas se tenham especializado na produção para os mercados europeus e assim garantissem a sua subsistência, mas seria impensável sobreviverem só com base no mercado inglês.

### **Agradecimentos**

O presente trabalho foi apresentado na Associação dos Arqueólogos em Maio de 2009, instituição à qual agradeço. O tema resulta de investigação de Doutoramento orientado pela Prof. Dra. Rosa Varela Gomes a quem reconheço todo o apoio científico e amizade. Os meus agradecimentos vão igualmente para o Arquitecto Mário Varela Gomes pelo apoio que me tem dado nestas e noutras temáticas. Não podia deixar de expressar um muito obrigado a todos os que me ajudaram neste projecto, sobretudo ao John Allan. Sem a sua ajuda tudo teria sido muito mais difícil.

## Bibliografia

- ALLAN, J. (1984) – *Medieval and Post Medieval Finds from Exeter, 1971-1980*. Exeter: Exeter City Council.
- ALMEIDA, M.; NEVES, M. e CAVACO, S. (2001) – “Uma Oficina de Produção de Faiança em Gaia nos Séculos XVII e XVIII”. In *Itinerário da Faiança de Porto e de Gaia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 144-145.
- BAART, J. (1987) – “Faiança Portuguesa Escavada no Solo de Amesterdão”. In *Faiança Portuguesa 1600-1660*. Amesterdão: s.n.
- BARTON, K. J. (1964) – “The Excavation of a Medieval Bastion at St. Nicholas’s Almshouses, King Street, Bristol”. *Medieval Archaeology*. 8: 181- 212.
- BLOCKLEY, K. e HALFPENNY, I. (2002) – “Aberglas ney House and Gardens: archaeology, history and architecture”. *BAR British Series*. Oxford.
- BROWN, C. G. (1986) – *Plymouth Excavations: the medieval waterfront of Woolster Street and Castle Street: finds catalogue*. Plymouth: Plymouth City Council (*Plymouth Museum Archaeological Series*, 3).
- BROWN, D. (2002) – *Pottery in Medieval Southampton c. 1070-1530*. Southampton: Southampton Monograph Series.
- CALADO, R. (1992) – *Faiança Portuguesa: sua evolução até ao início do século XX*. Lisboa: Correios de Portugal.
- CALADO, R. (2003) – *Faiança Portuguesa da Casa Museu Guerra Junqueiro, Séculos XVII-XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CARVALHO, J. (1921) – *A Cerâmica Coimbrã no Século XVI*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CASIMIRO, T. M. (2006) – “Portuguese Faience in London”. *London Archaeologist*. 11 (5): 115-121.
- CASIMIRO, T. M. (2009) – A Faiança Portuguesa nas Ilhas Britânicas: um projecto de investigação. *Almadan*. 2ª série. nº 16. Adenda electrónica, p. VIII.
- CASIMIRO, T. M. (2010) – Portuguese Faience, in: PASSMORE, A., REED, S. e ALLAN, J. *Archaeological Investigations around Crediton Parish Church 1984-2007, Proceedings Devon Archaeological Society*, 68.
- CASIMIRO, T. M. (2010a) – Portuguese Faience, in: ALLAN, J., *Devon Imported Pots, Proceedings Devon Archaeological Society*, 69.
- CASIMIRO, T. M. (2011) – Portuguese faience in the South-West Country, in: *West Country Households*. Exeter: Society for Post-Medieval Archaeology.
- CASIMIRO, T. M.; SANTOS, I. (2010) – Faianças no Largo de Santos. ([http://www.nia-era.org/component?option=com\\_myblog/show,0203---Faiancas-do-Largo-de-Santos.html/Itemid,57/](http://www.nia-era.org/component?option=com_myblog/show,0203---Faiancas-do-Largo-de-Santos.html/Itemid,57/)).
- CORREIA, V. (1918) – “Oleiros e Pintores de Louça e Azulejo de Lisboa. Olarias (Anjos)”. *Atlântida*. 29-30: 531-540.
- DIVERS, D. (2004) – “Excavations at Deptford in the Site of the East India Company Dockyards at the Trinity Almshouses, London”. *Post-Medieval Archaeology*. 38: 17-132.
- FANNING, T. e HURST, J. (1975) – “A Mid Seventeenth Century Pottery Group and Other Objects from Ballyhack, Co. Wexford”. *Proceedings of the Royal Irish Academy*. 75: 103-121.
- GUTIERREZ, A. (2007) – “Portuguese Coarse wares in Early Modern England: reflections in an exceptional pottery assemblage from Southampton”. *Post-Medieval Archaeology*. 41(1): 64-79.
- HORSEY, I. (1992) – *Excavations in Poole 1973-1983*. Dorchester: Dorset Natural History and Archaeological Society.
- HURST, J. (1977) – “Spanish Imported Pottery into Medieval Britain”. *Medieval Archaeology*. 21: 68-105.
- HURST, J. (1986) – *Pottery Produced and Traded in North-West Europe. 1350-1650*. Rotterdam: Foundation ‘Dutch Domestic Utensils’. Museum Boymans-van Beuningen (*Rotterdam Papers*, VI).
- KILLOCK, D. e MEDDENS, F. (2005) – “Pottery as Plunder: a 17th century maritime site in Limehouse, London”. *Post-Medieval Archaeology*. 36: 1-56.
- LEÃO, M. (1999) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- MANGUCCI, A. (1996) – “Olarias de Louça e Azulejo da Freguesia de Santos-o-Velho: dos meados dos séculos XVI aos meados do século XVIII”. *Al-Madan*. IIª Série. 5: 155-168.
- MEENAN, R. (1992) – “A Survey of Late Medieval and Early Post-Medieval Iberian Pottery from Ireland”. In GAIMSTER, D. e REDKNAP, M. *Everyday and Exotic Pottery from Europe, c. 650-1900, Studies in Honor of John G. Hurst*. Exeter: Oxbow Books, pp. 186-193.
- PAIS, A. N.; PACHECO, A. e COROADO, J. (2007) – *Cerâmica de Coimbra. Do século XVI-XX*. Coimbra: Edições INAPA.
- PEARCE, J. e SCHOFIELD, J. (1998) – A rare delftware Hebrew plate and associated assemblage from an excavation in Mitre Street, City of London. *Post-Medieval Archaeology*, 32.
- QUEIROZ, J. (1907) – *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typografia do Anuário Commercial.
- REAL, M. e REIMÃO, R. (1996) – “As Origens da Produção de Faiança na Cidade do Porto”. *Olaria*. Barcelos: Museu de Olaria. 1: 79-86.
- ROCHA, A. S. (1954) – *História, Topografia e Etnografia: materiais para a história da Figueira nos séculos XVII e XVIII*. Figueira da Foz: s.n.
- STEPHENSON, R. (1999) – “Platform Wharf Imported Pottery: potters’ inspiration or stock-in-trade?”. *Medieval Ceramics*. 23: 152-153.
- TORRES, C. (s.d.) – *Um forno cerâmico dos séculos XV e XVI na Cintura de Lisboa. Mata da Machada – Barreiro*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro.
- WILLIAM, N. (1955) – The London port books. *Transactions of the London and Middlesex Archaeological Society*. vol. 18, pp. 13-26.
- WOOLF, M. (1975) – “Foreign Trade of London Jews in the Seventeenth Century”. *Transactions of the Jewish Historical Society of England*. 24: 38-58.





# Arqueologia & História